

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Ana Beatris Lia Vaccari – FE/UNICAMP
anabeatrislia@yahoo.com.br

Resumo: A educação analisada tomando-se por base o partido político se respalda na concepção de que ele é o lócus da democracia, onde sujeitos interagem construindo idéias que determinam as políticas públicas sociais. Este artigo é uma pesquisa bibliográfica que enfoca a política educacional no programa partidário do PT, escolha que se justifica por se tratar de um partido que surgiu de um movimento social, gerando expectativas de mudanças na condução das políticas sociais. Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que buscará confirmar a existência de práticas inovadoras de governar a educação.

Palavras-chave: partido político; partido dos trabalhadores; política educacional

Este artigo enfoca a educação no programa partidário do Partido dos Trabalhadores. O estudo sobre partido político, mais especificamente a conceituação e funções, as informações sobre a origem e o desempenho eleitoral dos partidos políticos no Brasil no período de redemocratização do país, com maior enfoque no Partido dos Trabalhadores, foi necessário para que pudéssemos compreender a construção e a concretização das políticas educacionais propostas para o exercício do governo.

Considerando a importância da política institucionalizada nos partidos políticos para a definição da política educacional, buscamos o entendimento das questões apontadas acima, mas destacamos que não temos maiores pretensões teóricas na área da ciência política.

Apesar de podermos identificar na opinião pública brasileira a difusão pessimista sobre os partidos políticos e um descrédito que muitas vezes recai sobre eles, podemos afirmar que a democracia jamais funcionaria sem sua presença, afinal são eles o fundamento da competição representativa. O partido político é uma organização de pessoas com objetivos definidos, a médio e longo prazos, e estratégias traçadas com objetivo de conquistar e conservar o poder de decisão com apoio popular (Borges, 2002). Para Brum (apud Borges, 2002), são elementos essenciais dos partidos políticos, a existência de uma *doutrina*, princípios ideológicos e concepções sobre sociedade e pessoa humana; uma *ideologia*, grupo de idéias induzidas de um processo histórico; um *programa*, uma proposta de sociedade e de atuação no processo histórico; uma *organização*, durável e superior à vida dos seus dirigentes; uma *atuação* que demonstre vontade deliberada de exercício direto do poder. Gracindo (1994) destaca que a vontade do exercício direto do poder diferencia os partidos políticos dos grupos

de pressão.

Os elementos destacados acima representam uma configuração genérica que está condicionada ao desenvolvimento econômico, cultural e político de uma sociedade. Gracindo (1994) destaca duas dimensões que auxiliam a análise da construção e do desenvolvimento dos partidos políticos numa sociedade. A relação *partido-povo* e a relação *partido-Estado*. A primeira destaca que, historicamente, os partidos políticos nasceram quando as massas populares entram na vida política, recrutando nessa própria massa as suas próprias elites. A relação *partido-povo* apresenta uma condição prévia que é a existência da cidadania, que deve ser prerrogativa de todo o povo, não apenas de segmentos da sociedade. Não sendo uma doação, mas uma prática, a cidadania só existirá se houver a prática a prática da reivindicação, da apropriação dos espaços, da luta para fazer valer os direitos dos cidadãos, assim como conquistar novos direitos. Os partidos políticos são criados, tornam-se necessários e passam a corresponder às expectativas do cidadão neste movimento de construção da própria cidadania.

Historicamente, no caso do Brasil, podemos afirmar que as decisões políticas foram definidas por uma elite distanciada do povo, que nunca se engajou num projeto nacional, numa construção histórica do país e da nacionalidade. A idéia de pátria no país está mais ligada à idéia geográfica e natural do que histórica (Brum, apud Gracindo, 1994).

Para Chacon (1985), apesar de todos os avanços e conquistas, os partidos políticos continuam a apresentar problemas estruturais como a distância entre líderes e liderados, *expressão política do abismo antigo* que separa as elites das massas. Complementando as afirmações, Gracindo (1994) afirma que no Brasil a formação política precedeu à formação da sociedade, modelada de cima para baixo e não a partir dela. A influência do Estado na especificação do sistema político-partidário, um Estado autoritário no qual as elites econômicas garantiram sua hegemonia.

De acordo com Duverger (1970), nos países com padrão de vida e instrução popular baixos não podemos verificar a coincidência entre liberdade com regime dos partidos. Nesses países (Ásia, África e América do Sul), os partidos assumem um caráter formal, utilizando os votos como uma massa mole que se amolda à vontade, a corrupção se instala e as classes privilegiadas conquistam seu domínio. Borges (2002) complementa tal afirmação, destacando que a distribuição de renda e o nível cultural elevado são determinantes para a participação política, tornando-a mais organizada e menos vulnerável.

Os partidos políticos também garantem o revezamento de homens e idéias, assegurando a representação dos cidadãos, pois lhes permite a escolha dos seus legisladores e

dos seus governantes. Dentre suas funções, destacamos “o recrutamento e seleção de pessoal dirigente para os cargos do governo; a coordenação e controle dos órgãos governamentais, a integração societária pela satisfação e pela conciliação das demandas dos grupos ou pela contribuição de um sistema comum de crenças e ideologias, a integração social dos indivíduos por mobilização dos seus apoios e por socialização política, a contra-organização ou subversão e a gênese de programas e de políticas para o governo”. Esta última dá seu vocabulário ao voto, canaliza a energia dos conflitos, convertendo-a em idéias, projetos e realizações governamentais (Seiler, apud Borges, 2002).

Quando pensamos nos tipos de partidos políticos, destacamos a classificação realizada por Charlot (apud Gracindo, 1994) que os divide em três grupos: *partido-organização*, onde a agremiação partidária é vista como uma organização; *partido-portador de ideal*, representante de princípios, de idéias e valores definidos e *partido-função*, concebido apenas com vistas à sua finalidade funcional – a busca do exercício do poder.

Para Gramsci (2001), o partido político é o mecanismo que desempenha a mesma função, na sociedade civil, desenvolvida pelo Estado, de forma mais vasta e sintética, na sociedade política. A ele cabe a ligação entre os intelectuais orgânicos de um grupo (o dominante) e os intelectuais tradicionais. Sua função fundamental é a de elaborar os próprios componentes até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, organizadores das atividades e funções inerentes ao “desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (p.24)”.

Abordando a contextualização dos partidos políticos no Brasil, destacaremos a origem do Partido dos Trabalhadores no contexto brasileiro, analisando como a educação foi incluída no seu programa de governo.

Como afirma Lima (2004), o Partido dos Trabalhadores não foi criado apenas pelos atos formais de fevereiro de 1980. Para compreender o processo de criação do partido temos que nos reportar aos anos de 1960, no início da Ditadura Militar. Em 1964, o Golpe Militar atraiu partidos de direita como UDN (União Democrática Nacional), PDS (Partido Socialista Brasileiro) e PSP (Partido Social Progressista) que, numa aliança entre centristas e liberais, acreditavam na intervenção militar com objetivo de realizar uma reforma econômica, acabar com a corrupção e controlar a inflação. O que em princípio deveria ser uma intervenção rápida e saneadora acabou se configurando numa ação longa e continuada, através de ações de repressão contra o Trabalhismo e outras organizações de esquerda. Os sindicatos trabalhistas, a União Nacional dos Estudantes, a Universidade, os jornais e rádios tiveram suas sedes

destruídas. No campo econômico, as condições de vida da população declinaram a partir da renúncia do Estado ao controle de preços e a manutenção dos valores dos salários abaixo da inflação.

Esse quadro histórico fez surgir uma forte oposição que lutava por eleições regionais no ano de 1966, resultando no fim dos partidos políticos através do Ato Institucional nº 2, de 1965 e da instituição do bipartidarismo, com a criação de dois partidos políticos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o primeiro de apoio ao regime militar e o segundo de oposição ao regime. Para Schmitt (2000), o bipartidarismo no Brasil foi bastante peculiar, dada a sua natureza compulsória, pois a ARENA e o MDB foram os únicos partidos a ocuparem os cargos eletivos e os únicos a disputarem as eleições, fato que demonstra o caráter artificial e arbitrário do sistema bipartidário no Brasil, diferente dos casos americano e britânico, no qual há plena liberdade de organização partidária e de acesso às urnas, mas somente dois partidos com relevância política. O bipartidarismo no Brasil não fora resultado da “gradativa sedimentação das preferências eleitorais da opinião pública”, mas um sistema partidário organizado em termo de apoio ou oposição ao governo.

A partir de 1968, a resistência civil, mais forte e organizada, fez eclodir greve de massas em centros industriais como Contagem-MG e Osasco-SP e o clima de descontentamento interno contra o regime militar acentuou as manifestações populares, culminando com o Ato Institucional nº 5 – AI-5 – que fechou o Congresso Nacional, cassou inúmeros mandatos de parlamentares, estabeleceu a censura e os inquéritos militares sigilosos. A Lei de Segurança Nacional, de 1969, negou direitos básicos como *habeas corpus* e deu amplos poderes para deter e aprisionar cidadãos por motivos listados como ofensas à nação. Guerrilhas rurais, ações urbanas, seqüestros promovidos por grupos de esquerda representaram várias formas de resistência (Lima, 2004).

Nesse contexto de protestos e reivindicações surgem novos movimentos sociais. No final da década de 70, início dos anos de 1980, tais movimentos entram em cena de forma massiva, surgindo manifestações contra a carestia, a defesa da anistia contra os presos e exilados políticos, greves salariais, levando milhares de pessoas a se mobilizarem inserindo-se no processo rumo à redemocratização do Estado brasileiro. O presidente Geisel, em 1974, a partir da restauração de muitos direitos civis e políticos, possibilitou a restauração da democracia. Em 1979, uma reforma partidária extinguiu o sistema bipartidário, dissolvendo a ARENA e o MDB, criando seis novos partidos: o PDS (Partido Democrático Social), o

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

O PT nasceu da conjunção da súbita e generalizada onda de protesto operário da final da década de 70 com um período de debate na esquerda sobre o tipo de partido (ou partidos) político(s) que se deveria construir na transição para a democracia. Na agenda do partido, a contestação do status quo incluía reivindicações tanto no plano substantivo quanto no dos procedimentos e métodos de ação. Como partido socialista, propunha mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais, para beneficiar os menos favorecidos. Como partido democrático e participativo, sugeria uma nova concepção de política, na qual os setores da população, anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos. Desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o PT reconheceram que o representava uma nova experiência na história política brasileira (KECK, 1991, p.14).

Gadotti e Pereira (1989) também reiteram que o PT surgiu de “um momento político novo e de uma experiência política de profunda resistência, assim como de uma original ruptura histórica com a antiga e viciada política paternalista sobre a classe trabalhadora” (p.25).

O Partido dos Trabalhadores não possuía uma ideologia precisa, mas tinha o mérito de ser composto por lideranças da Igreja progressista, intelectuais, setores da classe média, organizações marxistas e lideranças do “novo sindicalismo”, principais responsáveis pela sustentação da proposta. A preponderância, pelo menos política, do setor sindical, fez com que o discurso e as propostas do PT, nos primeiros anos, fossem de identidade classista, representando os interesses da classe trabalhadora (Garcia, 2000). Esse “novo sindicalismo” surgiu com força e foi marcado pela ruptura com o “sindicalismo varguista”, pautado nas alianças entre líderes sindicais e governo. Tendo como principal cenário o Estado de São Paulo e como figura destacada o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, foi o mais importante componente das forças que deram origem ao Partido dos Trabalhadores e inaugurou uma nova maneira de conduzir as negociações entre patrões e empregados, colocando a autonomia do trabalhador em primeiro plano e os embates e resistências como principais armas, ao contrário da prática dos acordos e conciliações do velho sindicalismo.

Keck (1991) considera sua pesquisa sobre o PT o estudo de uma anomalia, pois o partido, diferentemente dos partidos criados nos anos de 1980, tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, mas se importava com a questão da representação e formulava sua proposta em termos programáticos.

“O PT e a central sindical com a qual está organicamente (embora não institucional ou juridicamente) vinculado, a CUT, constituem os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram na transição democrática brasileira (p.13). Rodrigues (1990), reafirmando o caráter singular do PT, destaca:

Não há dúvida de que existe, no PT, algo singular e inusitado que vem da participação, numa mesma organização partidária, de dirigentes sindicais, militantes socialistas de diferentes filiações ideológicas e militantes católicos de numerosas entidades ligadas à Igreja. No plano organizatório, isso significa a presença concomitante, mas não oficial, de sindicatos e associações de classe, organizações católicas (como as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra, etc) e de várias pequenas organizações de esquerda. [...] No plano ideológico, resulta a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotkistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo católico não tão moderado da Teologia da Libertação. A tudo isso deve-se acrescentar uma dose de nacionalismo terceiro-mundista, outra de antistalinismo e outra de pragmatismo sindical. Desse modo, realmente o PT deve ser entendido como algo novo na história dos partidos políticos brasileiros e dos partidos de esquerda (p.9).

Entre os grupos que dão origem ao PT, destacamos os setores do catolicismo progressista, dirigentes sindicais, agrupamento de tendências menores colocadas na clandestinidade no período do regime militar, setores da intelectualidade ligados às principais universidades brasileiras, além de grupos de parlamentares que se identificavam com a chamada “tendência popular” eleitos pelo MDB (Gomes, 2007).

Para Lima (2004), em sua gênese o PT priorizou a participação dos movimentos sociais, mas no seu desenvolvimento isso não ocorreu, pois ao longo dos anos realizou alianças com diferentes classes, selando compromissos e realizando concessões que demonstraram que assumia cada vez mais a social-democracia. No campo educacional podemos perceber tais modificações ao analisar os Encontros Nacionais de Educação do Partido dos Trabalhadores.

No ano de 1989, Moacir Gadotti, coordenador geral do 1º Encontro Nacional de Educação do PT, afirmou que a maior luta do partido era pelo estabelecimento de uma sociedade de iguais e para isso os trabalhadores precisariam gozar dos direitos que um Estado democrático deveria garantir, entre eles, o direito a educação. A convocação para o encontro nacional possuía uma pauta formada por seis pontos: estabelecer os princípios e as propostas

do partido para a educação brasileira; subsidiar as discussões para a elaboração da nova LDB; estabelecer uma proposta para o estabelecimento de um Plano Nacional de Educação; estabelecer propostas educacionais para as novas Constituições Estaduais; estabelecer planos municipais de educação e discutir as Leis Orgânicas Municipais; estabelecer as propostas educacionais para o Programa de Ação de Governo.

A Comissão Organizadora foi composta por Moacir Gadotti, Alberto Damasceno, Antônio Roberto Medeiros Braga, Nelson Fratteschi, Antônio Carlos Pereira, Sérgio Haddad, Marilena Nakano, Lisete Regina G. Arelaro, Paolo Nosella, Beatriz Pardi, Robson James, Dinorah Perlatti Pinto, Orlando Jóia, Jackson de Toni, Waldemar Sguisardi e Pedro Pontual. Para subsidiar a discussão e a apresentação das teses para o encontro, a referida Comissão publicou o livro “A educação como ato político partidário”. No I ENEd/PT, podemos perceber a defesa a favor da educação popular, de uma escola pública, laica, de qualidade para os trabalhadores, a preocupação com o ensino noturno, a influência da Pedagogia Nova, da Educação Popular e das idéias gramscianas. A educação da classe trabalhadora contribuiria para a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade socialista.

O documento principal que resultou do I ENEd/PT foi o relatório final, onde podemos notar as principais teses do partido sobre educação. A Coordenação da Comissão para Assuntos Educacionais (CAED), criada durante a realização desse encontro, apresentou o relatório final a partir dos textos resultantes dos GTs (Grupos de Trabalho). Tais textos serviram de subsídios para as discussões nos estados brasileiros e neles estão as deliberações provenientes dos debates em forma de resoluções, projetos de leis, subsídios ou princípios básicos que passam a compor a política educacional do PT (Lima, 2004).

O PT propõe uma política educacional própria para que seus militantes, atuando nos movimentos sociais, discutam, aprendam e ensinem sem ferir sua autonomia e independência (DIRETÓRIO Nacional do PT, 1989, p.24). O ponto chave da política educacional elaborada pelo partido foi a avaliação situacional da educação que apontou muitos problemas herdados da política educacional dos governos militares, perpetuada no Governo Sarney (1985-1989).

A educação infantil foi considerada uma questão de assistência social e de segurança pública, não como espaço de capacitação da criança para a escolarização. Para o PT, essa etapa tem como objetivo geral, “o desenvolvimento das crianças nos aspectos físico, emocional e intelectual, a aquisição de habilidades psicomotoras necessárias à realização do trabalho intelectual e a formação de atitudes coletivas de cooperação e consciência social” (DIRETÓRIO Nacional do PT, 1989, p.30).

Para o ensino fundamental, o PT o reconhece como obrigatório, voltado para a formação básica comum, com duração de quatro horas diárias de aulas e frequência obrigatória. Habilidades de leitura, escrita e cálculo, acesso ao conhecimento historicamente produzido, mediado pelas referências pessoais e sociais dos alunos são aspectos destacados pelo partido. O ensino médio, com duração mínima de três anos letivos, deveria apresentar uma estrutura curricular abrangendo áreas do conhecimento que permitissem a apreensão dos principais fundamentos da estrutura social. A educação profissionalizante é vista como atribuição do ensino superior e não como parte integrante do ensino médio. A educação superior deveria se desenvolver em articulação com a educação básica e o tripé ensino, pesquisa e extensão é defendido para que se atinja um padrão mínimo de qualidade (Lima, 2004).

O cerne da discussão, a escola pública de qualidade que beneficiasse os trabalhadores, era assim defendida:

A escola deve ser também um centro irradiador de cultura, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola pode ser também um espaço de organização política das classes populares, [...] como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, aonde organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emancipação intelectual, independentemente dos valores da classe dominante (DIRETÓRIO Nacional do PT, 1989, p.22).

O PT defende que uma escola pública popular não é somente aquela que garante o acesso, mas aquela onde há participação de todos da sua construção, que atende aos interesses populares, que são os interesses da maioria da população, uma escola baseada numa postura solidária. A associação da educação formal com a educação não-formal deveria ocorrer, considerando que a sala de aula não é o único espaço da prática pedagógica e em o único espaço de veiculação de conhecimento.

O Estado, considerado educador de massas, deve conscientizar “acerca de com quem e contra quem elas lutam”, demonstrando as contradições da sociedade capitalista. A busca de novas formas de luta contra a sociedade capitalista, a indistinção entre educação e política, já que educador educa e deve ser educado demonstra uma grande oposição à lógica dos partidos que representavam a classe dominante, já que esses separavam o ato de educar do de ser educado, mantendo a massa popular ignorante e pronta para a domesticação.

De acordo com Conceição (1999), os documentos produzidos no I ENEd/PT demonstram a influência de uma teoria marxista de educação, considerando que a educação podia influenciar no processo de transformação, formando um novo homem para uma sociedade socialista, além de ser um instrumento essencial na construção dessa nova ordem social.

No ano de 1992, o partido realizou o II Encontro Nacional de Educação (II ENEd/PT). Organizado pela CAED (Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT), instituída e já institucionalizada no I ENEd/PT (1989). Esse encontro culminou com a produção de dois documentos semelhantes: Resolução do Encontro intitulado “Educação para um Brasil Cidadão” e uma cartilha com o mesmo título.

Num período marcado por denúncias de corrupção e pela renúncia do Presidente de Fernando Collor de Mello, o PT busca reafirmar as posições anteriores, agora não somente privilegiando os trabalhadores, mas todos os cidadãos brasileiros. A defesa de uma educação pública, laica, de qualidade e politécnica volta a ser reiterada, mas agora para todo o país e não somente para uma classe específica. Tratando da situação da educação no ano de 1989, as Resoluções do II ENEd/PT apontam para as péssimas condições dos prédios escolares, a ausência de uma ação sistemática de manutenção e conservação dos mesmos, falta de escolas, equipamentos, materiais e de merenda, desvalorização profissional dos educadores, autoritarismo das relações no interior das escolas, altos índices de evasão e repetência, etc (Diretório Nacional do PT, 1992, p.4).

O PT defende uma educação libertadora, democrática, unitária, transformadora e politécnica.

Libertadora porque busca superar todo tipo de opressão, exploração e obscurantismo, promovendo os valores éticos, a liberdade, o respeito à pessoa humana e preservação do planeta que nos possibilita a vida. Democrática porque aberta às propostas político-pedagógicas identificadas com os setores populares, sensível à criatividade dos atores do processo educacional, alicerçado no processo de participação, concretizada na socialização do poder de decisão. Unitária porque baseada no trabalho como princípio educativo, buscando compreender a dialética teoria-prática e superar a dualidade da escola de formação acadêmica para as elites e a escola profissionalizante para os trabalhadores. Transformadora porque articulada com objetivos estratégicos de construção do poder democrático-popular no rumo da sociedade capitalista (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1992, p.18).

Para Lima (2004), a influência das idéias de Gramsci pode ser notada na concepção de educação defendida pelo partido, pois a idéia de educar a partir da realidade vivida do

trabalhador, a idéia de educar para a liberdade historicamente determinada é o centro da concepção gramsciana de educação (p.106). Nesse encontro o PT reafirma a necessidade de uma escola para a maioria da população, identificando esta com os setores populares.

O Caderno Especial de Teoria e Debate, editado em 1992, que traz como título “O modo petista de governar”, afirma que decorridos três anos de trabalho, a partir das eleições municipais de 1989, na qual o partido assumiu algumas administrações municipais, pode-se afirmar que o PT, sem exagero, tem construído um “novo modo de governar”. Afirmavam que os objetivos desse caderno estavam voltados para a realização de um balanço da experiência do PT nas administrações municipais que assumiu no ano de 1982, para a realização de um debate sobre reforma do Estado e políticas sociais com idéias que confrontam com as concepções neoliberais e, por último, para construir uma referência para a elaboração de programas de governo nas diversas cidades em que o partido disputaria as eleições.

O caminho que o partido estava construindo foi denominado de co-gestão, que significava a transferência para a comunidade de uma parcela do poder político. O Partido dos Trabalhadores reiterava a criação de uma nova concepção de gestão democrática: o modo petista de governar, que se afirmava:

[...]- pela necessidade de alterar o próprio modo de legitimação do poder político local, baseando-se numa cultura política dos direitos coletivos e individuais;

- pelo fortalecimento político do Legislativo e desmonte dos procedimentos que transformam os vereadores em despachantes do Executivo;
- pelo reconhecimento do caráter estratégico da ética par a afirmação de uma política transformadora, resgatando o mais absoluto respeito à moralidade no trato da coisa pública;
- pela instituição do direito à participação, combinando elementos de democracia representativa aos de democracia participativa, aprofundando as formas de controle da sociedade sobre a prefeitura, com aquelas desenvolvidas, em todas as prefeituras petistas, por ocasião do orçamento municipal através de conselhos, audiências públicas e plenárias nos bairros (p.25).

No capítulo que trata da Educação, o PT fez um balanço das condições das escolas na década de 80, apontando as péssimas condições dos prédios escolares, a falta de vagas, o déficit de professores, etc. Reafirmou que a política educacional que o partido havia implementado caracterizava-se exatamente em “quebrar o padrão tradicional neste país”, mas que não havia “crença em milagres, projetos geniais, medidas salvadoras soladas”. A política educacional desenvolvida pelo PT, pautava-se pelo reconhecimento de

que a educação, a gestão do sistema escolar, envolvia vários fatores, desde as condições da rede física até a ampliação das possibilidades de acesso à cultura, formação, estímulo profissional e remuneração, entre outros fatores.

O PT defendia a existência da relação entre qualidade da educação e gestão democrática do sistema. Para o partido, a fracasso escolar era um fenômeno complexo, com inúmeras causas. A desconsideração e a desvalorização da experiência social e cultural dos alunos como elemento constitutivo do processo pedagógico era uma delas. A concepção de gestão do PT tem intrínseca a visão de mundo que assegura igualmente a liberdade de expressão no âmbito da escola ou do conjunto do sistema educacional, indissociando o pensar do fazer, o planejar do executar, o educador do educando, o sujeito do objeto. A criação de Conselhos de Escola, Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e a eleição de diretores de escola garantiriam a qualidade da educação. No II ENEd/PT, aparece a defesa de uma escola pública, gratuita, laica, democrática, autônoma, de qualidade e voltada para a maioria da população, ou seja, para a comunidade.

No II ENEd/PT, ainda podemos perceber a influência das idéias de Gramsci na concepção de educação. Educar a partir da realidade, educar para a liberdade concreta, historicamente determinada é o cerne da concepção petista de educação. Como propostas para a elaboração do plano de carreira, o partido defende a definição da categoria, ou seja, profissionais da educação entendidos como todos os profissionais (doentes e não docentes) que ocupassem cargos/funções diretamente relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, ingresso por concurso público de provas e títulos, isonomia de vencimentos nos estabelecimentos públicos, evolução funcional por tempo de serviço e títulos, direito a greve, valorização da dedicação exclusiva, além de piso salarial unificado. Com relação a municipalização, o partido afirmava que a premissa da descentralização associada a democratização não seria real sem a criação de canais de comunicação entre sociedade e governo e poderia “recriar em moldes modernos o poder local, colocando as verbas públicas a serviço do clientelismo e paternalismo dos políticos locais, manipulando-as inclusive através de consultas formais à população” (DIRETÓRIO Nacional do PT, 1992, p.22).

No II ENEd/PT, o papel das universidades era considerado estratégico para a reposição e desenvolvimento da capacidade de formação da escola pública, eficácia do sistema produtivo e na promoção e difusão da cultura..

Nos final dos anos de 1990, período da realização do 3º ENEd/PT e do 4º ENEd/PT, vários fatores passam a compor a cenário do país: a nova Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional é aprovada, o Plano Real é colocado em prática, a Brasil adota as políticas neoliberais defendidas pelos organismos internacionais de financiamento (FMI e Banco Mundial), políticas marcadas pela redução do déficit público e dos investimentos em políticas públicas sociais.

Nesse período, os direcionamentos políticos e ideológicos do Partido dos Trabalhadores já sofriam influência das suas experiências em administrações municipais e estaduais que tiveram um salto significativo entre 1982 e 1996 nos municípios e entre 1982 a 1998 nos estados. O trabalho desenvolvido nesses encontros foi realizado considerando tais experiências, além das experiências dos grupos de trabalho que discutiam diversos temas envolvendo políticas educacionais.

No IV ENEd/PT, o Grupo de Trabalho sobre Educação Infantil discutiu eixos como financiamento, formação docente e convênios como forma de democratização de acesso, deliberando as seguintes propostas e encaminhamentos: construção coletiva em parceria com movimentos sociais de um projeto político-pedagógico para a educação infantil, fundamentação das propostas político-pedagógicas pautada na concepção de criança como sujeito de direitos e produtora de história e cultura, democratização gradativa do acesso, garantia de infra-estrutura para o trabalho pedagógico de qualidade.

O grupo de trabalho sobre financiamento da educação deliberou o estabelecimento de regimes de colaboração entre entes federados, uma política específica de financiamento para a educação infantil, vinculada à educação básica por meio do FUNDEB (Fundo de Apoio à Educação Básica). Fontes alternativas de financiamento e falta de clareza entre as diferenças do que viria a ser FUNDEF e FUNDEB marcaram as deliberações desse encontro.

Lima (2004) destaca as metas internas do partido que defendiam a manutenção de espaços contínuos para o debate sobre “as diferentes formas e fontes dos ciclos de formação praticadas e pensadas nas administrações do PT; a viabilização da formação dos militantes que atuavam na educação, a apresentação com clareza da posição do partido no que se refere à bolsa-escola”. Como propostas e encaminhamentos gerais, houve a defesa de que as administrações petistas investissem nas escolas de ensino médio de formação geral, investissem na formação permanente dos profissionais da educação e construíssem projetos pedagógicos em parceria com a sociedade civil (p.136).

Para a Educação de Jovens e Adultos, o IV ENEd/PT definiu o que viria a ser EJA, além da responsabilidade do Estado para com esse ensino. Deliberou propostas voltadas para a elaboração de um Plano Nacional de Educação de Jovens e Adultos, a alocação de recursos

públicos aos programas de EJA, formação continuada para educadores que atuam na EJA, garantia de recursos pedagógicos, materiais, financeiros e corpo docente especializado, entre outras. O Grupo de Trabalho sobre ensino superior discutiu educação a distância, universidade, autonomia universitária, políticas de cotas no ensino superior, decidindo dar continuidade as críticas à política de FHC e mostrando-se contrário ao projeto de cotas para afro-descendentes nas universidades. A defesa do PT quanto ao ensino superior se referia à ampliação das vagas e quanto ao ensino médio à melhoria da qualidade da rede pública.

O GT sobre formação de professores demonstrou preocupação com os conceitos de formação de professores, suas diretrizes, além das condições para uma formação permanente. O GT Financiamento discutiu a Emenda Constitucional 112/99, que instituiria o FUNDEB, tendo como questão mais polêmica a criação e o papel dos conselhos gestores, se estariam ligados à gestão dos recursos ou apenas ao acompanhamento e controle, além da sua composição. O GT Gestão Democrática propôs a obediência às metodologias dialógicas, ao princípio de indissociabilidade entre gestão democrática e qualidade do ensino, formação de vários segmentos da sociedade e da comunidade escolar e a realização de fóruns para discutir a organicidade (DIRETÓRIO Nacional do PT, 1999).

Mudanças profundas podiam ser notadas com relação às propostas educacionais. Atribui-se à educação a responsabilidade pela transformação do aluno no trabalhador qualificado, polivalente, dotado de habilidade e competências específicas. Os critérios de mercado são estendidos para o sistema educacional, que passa a ser considerado como uma empresa. O PT discute gestão escolar, qualidade e educação, empregabilidade e educação, propondo a inserção do cidadão no mundo globalizado, não defendendo mais a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade socialista. Embora mantivesse oposição às políticas em curso, utilizava em sua discussão o vocabulário apropriado pelo neoliberalismo como “gestão democrática”, “construção coletiva”, sem diferenciar a sua concepção da concepção neoliberal (Lima, 2004, p.145).

Em 2000, o Partido dos Trabalhadores lança uma publicação sobre as experiências do partido nas administrações municipais, tratando das políticas públicas desenvolvidas em algumas cidades, ações consideradas soluções que modernizaram e deram sentido público e coletivo à democracia. O material reafirma a existência de “um modo petista de governar”.

Com o título “Cidadania e democracia: o que acontece nas cidades em que o PT é governo”, a leitura nos apresenta justificativas para se votar no Partido dos Trabalhadores para governar as cidades e os Estados do país. Citando experiências desenvolvidas em cidades

como Porto Alegre-RS, Franca-SP, Vitória da Conquista-PE, o material afirma que nos locais onde o partido assume o governo, o povo passa a ter direito de opinião, sugestão e indicação das obras mais urgentes. “O PT sabe ouvir, buscar saídas e, sobretudo, tem vontade de mudar”. A participação popular é um instrumento de descentralização do poder, com inovações institucionais que solidificam a parceria entre democracia representativa e democracia participativa, tendo como exemplo a implantação do Orçamento Participativo em diversos municípios e Estados.

Dentre os dez pontos fundamentais que ilustram o “modo petista de governar”, a educação é indicada como uma das prioridades do governo petista. De acordo com o documento, a concepção de educação construída e implementada pelo PT é a mesma do Plano Nacional de Educação construído pela sociedade civil nos Congressos Nacionais de Educação. Instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país, garante os direitos básicos de cidadania e liberdade pessoal. A escolarização, como patrimônio social, deverá se dar de forma ampla e democrática, com espaço para todas as concepções, culturas, etnias, princípios e orientações (p.17).

Para isso, três diretrizes orientam a política educacional do PT: *a democratização do acesso, com garantia de permanência; a democratização da gestão e a construção da qualidade social da educação*. Afirma a importância de recuperar para a educação a visão de sistema e de processo, terminando com a visão fragmentada e parcelada por idade, série, níveis, componentes curriculares ou modalidades. Compromete-se com a construção de escolas inclusivas e integradoras, a partir da compreensão do currículo como peça em construção, que parte dos saberes de cada comunidade para a ampliação do universo cultural dos alunos. A implementação de uma nova organização do tempo escolar, com agrupamento dos alunos por idade, em ciclos de formação (infância, pré-adolescência e adolescência) e com a concepção de avaliação como processo, realizada cotidianamente e com objetivo de identificar os problemas e responder pedagogicamente a eles para garantir o sucesso escolar dos alunos. Essas são as propostas atuais do Partido dos Trabalhadores para o campo educacional.

CONCLUSÃO

Como podemos verificar, o Partido dos Trabalhadores surgiu como um partido de classe, um partido socialista, marcado pela ruptura com a ordem estabelecida. Desde o seu surgimento, sempre apareceu como uma exceção, como uma novidade, seduzindo muitos, mas provocando receios em muitos outros. Marcado por uma conjuntura específica, a

transição democrática, o PT nasceu da oposição ao regime militar e da junção do “novo sindicalismo”, militantes católicos e de esquerda e dos movimentos sociais que defendiam idéias socialistas. Tratava-se de um partido de e para trabalhadores, cuja missão e objetivo seriam colocar parte da classe trabalhadora brasileira no poder.

Recorrendo a Sader [s.d.], ao tratar das fases no processo de formação dos partidos com programas socialistas, podemos afirmar que, do mesmo modo que as criações humanas, tais partidos “nascem, crescem e se desenvolvem; atingem ou não a fase da maturidade quando conseguem realizar plenamente as suas funções e seus objetivos (p.186)”. No movimento dos trabalhadores, somente quando surgem os programas socialistas que se propõem a superar o capitalismo é que surgem os partidos de massa. A história desses partidos revela algumas fases ou momentos diferentes durante o seu desenvolvimento: a *fase pré-política*, que corresponde ao reconhecimento dos trabalhadores como diferentes do resto da sociedade, que resistem ao capitalismo, mas não necessariamente o combatem; a *fase corporativa*, na qual os trabalhadores se organizam como corpo, lutam por seus direitos, resistem e combatem o capitalismo, mas não se constituem numa alternativa a ele; a *fase hegemônica ou socialista*, na qual superam a pura resistência ao capitalismo, reconhecem que não adianta realizar seus interesses corporativos e se propõe a ser um ponto de partida para a transformação da sociedade e do Estado. Têm um projeto econômico, de sociedade e do que fazer com o Estado, abrindo-o à participação de todos. Nessa fase os trabalhadores e os dominados se convertem em dirigentes de novo tipo, ou seja, os que vão “dirigir democraticamente a sociedade nova, voltando-a para o interesse das massas, mas sem deixá-las a margem das decisões”. É quando a política começa a socializar, a partir de uma visão indissolúvel entre socialismo e democracia (p.187).

No período que inicia na sua fundação até os dias atuais, pudemos perceber as modificações pelas quais passou o Partido dos Trabalhadores. Analisando suas propostas para o campo educacional, verificamos que no ano de 1989, quando da realização do I ENEd/PT, o partido defendia uma escola pública, laica, de qualidade para os trabalhadores, demonstrando uma posição corporativista. Em 1992, na realização do II ENEd/PT, quando o sistema capitalista passava por profundas modificações, o PT reafirmou as posições assumidas, mas já não privilegiou apenas os trabalhadores, mas todos os cidadãos brasileiros. Defendeu uma educação pública, laica, de qualidade para todo o país e não apenas para uma classe específica.

No final dos anos de 1990, o PT parece não defender a transformação da sociedade

capitalista em uma sociedade socialista, “o discurso reformista tornava-se público, vindo a se aprofundar nas propostas de governo apresentadas à sociedade quando nas disputas eleitorais de 2002 (Lima, 2004, p.150)”.

Retomando as afirmações de Sader [s.d.] sobre as fases no processo de formação dos partidos socialistas, poderíamos afirmar que o PT apresenta uma alternância de ações características das duas primeiras fases apontadas pelo autor? Conseguirá o PT ingressar na terceira fase, ou seja, na fase hegemônica ou socialista?

Para refletir sobre essas questões, relembro os desafios apontados por Sader. O Partido dos Trabalhadores alcançará a fase propriamente *política* se for capaz de se ampliar e crescer sem perder suas origens, propor um projeto de sociedade e de Estado que interesse à maioria e oferecer condições de conquista da igualdade e da liberdade, o que significa uma revolução política que mudará a condução das políticas sociais no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BITTAR, Jorge (Org.). O modo petista de governar. In: *Caderno Especial de Teoria & Debate*, São Paulo, 1992. 324p.

BORGES, Zacarias Pereira. *Política e Educação: análise de uma perspectiva partidária*. Campinas, SP: Graf. FE; Hortograph, 2002.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 3. ed. Brasília: UnB, 1985.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique. *Partidos Políticos e Educação: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo*. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1999.

DAMASCENO, Alberto et al. *A educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1989.

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1o. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. 122 p. (Mimeo).

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 4o. Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1999. 9 p.

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. Educação para um Brasil Cidadão. São Paulo, 1992. 27 p. (Mimeo)

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. Bases do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, 1994 (digitado).

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação Política. Programa de Governo. Diretrizes. Educação. Rio de Janeiro, 1998 (digitado).

DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. Cidadania e democracia: o que acontece nas cidades em que o PT é governo. Brasília- DF, agosto, 2000.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2000. Disponível em http://www.pstu.org.br/cont/2000_tese_pt_cyro.pdf. Acessado em Abril/2009.

GOMES, Marcos Antônio de Oliveira. *O PT e a educação: a participação dos intelectuais católicos na gestão Luiza Erundina (1989-1992)*. Tese (Doutorado). UNICAMP, Campinas, 2007.

GRACINDO, Regina Vinhaes. *O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Ed. e Trad.de Carlos Nelson Coutinho. Co-ed. De Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KECK, Margaret E. *PT: a lógica da diferença, o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Tatiana Polliana Pinto de. *A concepção de educação do Partido dos Trabalhadores (PT): marcos institucionais e registros documentais*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política*, São Paulo: Ática, 1990.

SADER, Emir (Org). *E agora PT? Caráter e Identidade*. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.